

Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta: OE202502/0782

Tipo Oferta: Procedimento Concursal para Cargos de Direção

Estado: Pendente

Nível Orgânico: Câmaras Municipais

Organismo: Câmara Municipal de São Brás de Alportel

Regime: Cargos não inseridos em carreiras

Cargo: Direção Intermédia de 2º grau

Cargo de direção intermédia de 2.º Grau – Unidade Orgânica de 2.º Grau – Divisão de Planeamento e Urbanismo, conforme artigo 32.º do Regulamento de Organização dos Serviços da Câmara Municipal de São Brás de Alportel, publicado no Diário da República, 2.º série, n.º 162, de 22 de agosto de 2023, pelo Aviso n.º 15673/2023.

Área de Actuação:

Remuneração: 2867,27

Suplemento Mensal: 213.67 EUR

Conteúdo Funcional:

Dirigente Intermédio de 2.º Grau – Divisão de Planeamento e Urbanismo, na dependência do Presidente, tem como missão assegurar todas as funções inerentes aos serviços de planeamento do território, operações urbanísticas particulares e municipais, serviços de apoio ao empreendedor e à promoção turística do concelho e por outro lado incrementar e fazer cumprir, com base num conhecimento aprofundado das situações e de acordo com as orientações políticas definidas pelos órgãos municipais no que concerne às seguintes matérias: apoiar a Câmara Municipal no processo de desenvolvimento sustentável do município; assegurar a elaboração dos planos de atividade municipal e do correspondente plano de execução, na área da divisão; colaborar, fornecendo os dados necessários, na elaboração dos orçamentos, opções do plano anual e plurianual de investimentos do município e nos relatórios de atividade; promover o desenvolvimento das atividades de planeamento e gestão urbanística; promover a elaboração, alteração ou revisão dos planos municipais de ordenamento do território; participar na definição da política de solos do município e coordenar a sua implementação; garantir a fiscalização das operações e gestão urbanística e dos agentes económicos; cooperar com outras entidades ou organismos em matéria de planeamento, nomeadamente, com as associações de municípios de que o município faça parte; licenciar, fiscalizar, informar e formar os agentes das atividades económicas; promover e fiscalizar as feiras e mercados no concelho; conhecer e promover as mais-valias turísticas do concelho; fomentar a modernização e desmaterialização administrativa dos processos de gestão territorial e licenciamento de atividades económicas; aplicar as medidas necessárias para preservar a paisagem de obras que possam alterar negativamente o aspeto natural da região; exercer as demais competências que lhe sejam delegadas pelo presidente e vereadores a tempo inteiro com competências delegadas, bem como as competências previstas no artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação: Licenciatura, preferencialmente licenciatura em Engenharia Civil ou Arquitetura.

Perfil:

Podem candidatar-se os trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam um mínimo de 4 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

Avaliação Curricular (AC) e Entrevista Pública (EP);

Avaliação Curricular (AC) visa avaliar a adequação das competências expressas pelo/a candidato/a, no curriculum vitae, relativamente às exigências do cargo, designadamente a habilitação académica, a formação profissional e a experiência profissional;

Entrevista Pública (EP) visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, se o perfil do candidato, os seus conhecimentos, as suas capacidades e motivações se adequam ou se enquadram nas exigências e responsabilidades do cargo a prover de chefe de divisão municipal, durante a interação estabelecida entre o júri e o entrevistado.

Métodos de Selecção a Utilizar:

Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de seleção bem como o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam da ata n.º 1 do presente procedimento concursal, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

Composição do Júri: Presidente: Ema Paula Guerreiro Pinto, Chefe da Divisão Administrativa Municipal da Câmara Municipal de São Brás de Alportel; Vogais Efetivos: Filipe Manuel Ramos Rosa da Cunha, Diretor do Departamento de Infraestruturas e Urbanismo da Câmara Municipal de Faro, e José João dos Reis Gomes da Costa, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de São Brás de Alportel; Vogais Suplentes: Carlos Manuel Gonçalves Nunes, Chefe da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais da Câmara Municipal de Faro, e Maria Catarina Pires Brito da Cruz, Chefe da Divisão da Cooperação Externa e Transfronteiriça, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal de São Brás de Alportel	1	Rua Gago Coutinho, 1	São Brás de Alportel	8150151 SÃO BRÁS DE ALPORTEL	Faro	São Brás de Alportel

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provimento: B - Os constantes no artigo 12º da Lei n.º49/2012, de 29 de agosto.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) n.º 4630/2025/2, DR, 2ª Série, N.º 34, de 18/02/2025, e Correio da Manhã

Apresentação de Candidaturas

Local: Plataforma de Recrutamento - <https://recrutamento.cm-sbras.pt/>

Formalização da Candidatura: Os interessados deverão formalizar as candidaturas, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público, em formato eletrónico, através da Plataforma de Recrutamento disponibilizada em <https://recrutamento.cm-sbras.pt/processos-ativos>.

As candidaturas deverão ser acompanhadas, sob pena de exclusão, de:

- Certificado de habilitações literárias legível. Os candidatos possuidores de habilitações académicas obtidas em país estrangeiro deverão submeter, em simultâneo, documento comprovativo do reconhecimento ou equivalência das habilitações estrangeiras, nos termos do regime jurídico do reconhecimento de graus académicos estrangeiros em vigor, sob pena de exclusão;
- Curriculum Vitae atualizado, detalhado, datado e assinado, dele devendo constar as habilitações literárias e experiência profissional, designadamente as funções que exerce e/ou exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, responsabilidades exercidas e o tempo correspondente, assim como a formação profissional detida em matéria relacionada com a área funcional do posto de trabalho, com indicação expressa das entidades promotoras, duração e datas;
- Documentos comprovativos dos factos alegados no currículo em relação à experiência e formação profissional, que possam relevar para apreciação do seu mérito, sob pena de não serem considerados;
- Declaração passada, autenticada e devidamente atualizada, com referência ao prazo de candidatura, pelo serviço a que o candidato se encontra vinculado, da qual conste a identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, carreira/categoria de que seja titular, o tempo de serviço na carreira/categoria e na função pública e o conteúdo funcional com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa.

Os candidatos pertencentes ao mapa de pessoal do Município de São Brás de Alportel, estão dispensados da apresentação da declaração de serviço referida na alínea d), remetendo-se para os elementos que constam no processo individual.

As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

Para efeitos de notificação dos candidatos será considerado o endereço de correio eletrónico constante do formulário de candidatura.

Contacto: Telefone 289840074 (2ª a 6ª – 09H00/16H00); Endereço de email: procedimento.concursal@cm-sbras.pt

Data de Publicação 2025-02-21

Data Limite: 2025-03-06

Observações Gerais: Os candidatos que não cumpram os requisitos formais exigidos, designadamente no que se refere a licenciatura, apresentação adequada da candidatura e área de recrutamento definida (anos de experiência e relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado), não serão convocados para a realização dos métodos de seleção.

Findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de designação, com a indicação das razões da escolha do candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos, conforme previsto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação.

O presente procedimento concursal é urgente e de interesse público, pelo que não haverá lugar a audiência de interessados, nos termos do preceituado no n.º 13 do artigo 21º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, aplicável por força da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.
